

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA
CÍVEL DO FORO**

..... (nome completo),
(nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da
cédula de identidade RG nº, inscrito no CPF/MF sob nº
....., residente e domiciliado à..... (endereço completo: rua
[av.]....., nº, complemento, bairro, cidade, CEP....., UF.....), por
seu Advogado e bastante procurador que ao final subscreve, com incluso
instrumento de mandato (doc.....), vem, respeitosamente à honrosa presença
de Vossa Excelência, propor a presente

AÇÃO DECLARATÓRIA E CONDENATÓRIA

em face de (nome completo), (nacionalidade),
.....(estado civil),.....(profissão), com endereço residencial à
..... (endereço completo: rua [av.], nº....., complemento, bairro.....,
cidade....., CEP....., UF.....), ação esta que deverá obedecer o que dispõe o
artigo 275 do Código de Processo Civil, pelo **procedimento sumário**, pelos
motivos de fato e de direito que passa a expor:

DOS FATOS

1 – O Requerente, no mês de (mês e ano), efetuou um contrato verbal de mútuo no valor de R\$ (valor por extenso) com o Requerido, assinando como garantia do futuro pagamento uma Nota Promissória e emitiu um cheque de R\$ (valor por extenso) de sua conta corrente nº, Banco, agência, representando o valor total do empréstimo.

2 – O avençado entre as partes era de que o Requerente iria efetuando depósitos bancários por meio de documento de ordem de crédito – DOC e que tais valores seriam descontados.

Contudo, o Requerido estava cobrando juros exorbitantes a ponto de que no(mês e ano), o Requerente já tinha pago o valor de R\$(valor por extenso), ou seja, a dívida já estava mais do que quitada, o que se prova com a juntada dos extratos bancários demonstrando as transferências de valores por meio dos documentos de ordem de crédito (DOCS) (doc.....).

3 – Como se não bastasse, em(dia, mês e ano) o Requerido **ardilosamente** depositou o cheque acima mencionado, no valor de R\$(valor por extenso) e que fora devolvido pela compensação bancária por insuficiência de fundos, conforme documento anexado a esse feito.

4 – Diante dessa situação o Requerente por várias vezes tentou falar com o Requerido para que devolvesse tal título, pois sua dívida já estava mais do que paga, porém, o último ainda exige o pagamento do valor do cheque devolvido pela compensação bancária no valor R\$ (valor por extenso), mais juros de% (..... por cento) ao mês, para que então entregue o cheque.

DO DIREITO

5 – Insta salientar, que talvez não saiba que continuando com essa postura, **o Requerido** poderá incorrer no delito de **USURA**, pois a prática tendente a ocultar a verdadeira taxa do juro, para o fim de sujeitar o devedor a maiores prestações ou encargos, além dos estabelecidos no respectivo título, é punível pela **Lei Penal Vigente**.

6 – Ocorre que o Requerido não faz parte de nenhuma instituição financeira, fiscalizada pelo Banco Central do Brasil. Sendo assim, deverá se enquadrar no que dispõe o artigo 1º e ss., do Decreto nº 22.626/1933, senão vejamos:

“Art. 1º É vedado, e será punido nos termos desta Lei, estipular em quaisquer contratos taxas de juros superiores ao do dobro da taxa legal (Código Civil, art. nº 406).”

Súmula 596 do STF: “As disposições do Decreto 22.626/33 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas que integram o Sistema Financeiro Nacional.” (Grifei)

7 – Assim, desde que todas as tentativas de resolução do problema foram frustradas, não restou ao Requerente alternativa senão recorrer ao **Poder Judiciário**, uma vez que tal situação causou ao Requerente despesas bancárias, como taxas pela devolução do cheque e rescisão do contrato de cheque especial, além de estar na iminência de ter seu nome incluso no serviço de proteção ao crédito (SCPC) e junto ao Serasa.

O Requerente atualmente está desempregado e não tem condições financeiras de pagar o tal cheque, até por que o valor obtido no

empréstimo efetuado pelo Requerido já está saldado, como demonstra pela tabela discriminativa do valor de R\$(valor por extenso da dívida original) atualizados e corrigidos monetariamente, pelos índices legais.

Cálculo discriminativo do valor

VALOR DEVIDO E ATUALIZADO	JUROS SIMPLES 1% AO MÊS	DATA AMORTIZAÇÃO	VALOR AMORTIZADO	SALDO DEV / CREDOR

DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, requer:

I – Se digne Vossa Excelência a mandar citar o Requerido no endereço declinado nesta inicial, para que, querendo, no prazo legal, apresente sua defesa, se tiver, sob pena de não o fazendo serem lhe aplicados os efeitos da revelia;

II – Provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidas, especialmente o depoimento pessoal do Requerido sob pena de confesso; provas documentais; oitiva das testemunhas arroladas nessa oportunidade e que comparecerão independentemente de intimação; perícia e demais provas que se fizerem necessárias;

III – Que ao final tal demanda seja julgada totalmente **PROCEDENTE** para

IV – Seja determinado ao Requerido a imediata devolução dos títulos, conseqüentemente **CONDENANDO-SE** o Requerido ao pagamento dos danos morais e materiais suportados pelo Requerente, assim como também o valor pago a mais, indevidamente, conforme o art. 11 do Decreto

22.626/33, custas processuais, honorários advocatícios e demais cominações legais.

V – Requer ainda que as intimações sejam expedidas em nome e aos cuidados do subscritor desta, cujos dados abaixo reitera:

Dr
OAB/.....
(endereço completo).....

VI – Por fim requer a concessão dos benefícios da Justiça gratuita, com fundamento na Lei 1.060/1950, em virtude de ser, o Requerente, pobre na acepção jurídica do termo e conforme declaração em anexo. (doc.....)

À presente dá-se o valor de R\$(valor por extenso) para todos os efeitos legais.

Nestes termos,
Pede Deferimento.

....., de de
(local e data)

.....
Advogado (nome).....
OAB/nº.....

Rol de Testemunhas

1 -
(nome completo)
RG nºCPF/MF nº
endereço completo:.....

2 –
(nome completo)
RG nºCPF/MF nº
endereço completo:.....